



**MUNICÍPIO DOS MOSTEIRO**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**Mosteiros-Fogo**

**ATA DA 3ª SESSÃO ORDINARIA**

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e dezassete, pelas dez horas, deu-se inicio a terceira reunião ordinária da Assembleia Municipal dos Mosteiros da 6ª Legislatura Autárquica, de acordo com o nº 1, da alínea b), do artigo 75º do Estatuto dos Municípios, realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho na Cidade de Igreja, obedecendo a convocatória feita pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Estiveram presentes:

Os Deputados:

- ✓ *Adilson Andrade Martins – PAICV;*
- ✓ *Alina Nunes Lopes – MpD;*
- ✓ *António Alberto de Andrade – PAICV;*
- ✓ *Estevam Lobo Gomes – MpD;*
- ✓ *Francisco Fortunato Paulino Barbosa Amado - MpD;*
- ✓ *Hermógenes Rosa Fernandes - MpD;*
- ✓ *Isildo Gonçalves Gomes – PAICV;*
- ✓ *João Manuel Centeio Fernandes – PAICV;*
- ✓ *João Nilton Marcelino Santos – MpD;*
- ✓ *Joaquim de Jesus Garcia Rodrigues – PAICV;*
- ✓ *Lúcio Miranda Fernandes – PAICV;*
- ✓ *Manuela Barbosa Lopes – PAICV;*
- ✓ *Maria Rosário Afonso de Andrade – MpD;*

Câmara Municipal:

- ✓ *Carlos Fernandinho Teixeira – Presidente;*
- ✓ *Jaime José Monteiro Júnior – Vereador;*
- ✓ *Fábio Humberto da Rosa Alves Vieira – Vereador;*
- ✓ *Pedro José Correia Teixeira – Vereador;*
- ✓ *Domingos Vaz Mendes – Vereador.*

**O Presidente da Assembleia Municipal** Senhor Lúcio Miranda Fernandes, como habitualmente fez a abertura da sessão, cumprimentando dos os presentes na Sessão augurando que os trabalhos decorram num clima de debate e respeito mutuo, para que a nossa democracia seja cada vez mais fortificada, para o bem deste nosso querido Concelho.

Apresentou para aprovação dos Senhores Deputados, a proposta de agenda de trabalho:

***I – Aprovação da Ata da última Sessão;***

***II – Apreciação do Relatório Escrito das Atividades do ano 2016;***

***III – Apreciação da Conta de Gerência do ano 2016;***

***IV – Proposta de Regulamentação para Estacionamento e Funcionamento das Praças de Táxi, nos Mosteiros;***

***V – Proposta de Regulamento para os Transportes Coletivos de Passageiros, nos Mosteiros;***

***VI – Proposta de Retificação da Deliberação nº 05/AMM/2016;***

***VII – Proposta de Deliberação que Regulamenta o Pagamento de Senhas de Presenças, aos Eleitos Municipais.***

A mesma foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

Anunciou o período, antes da ordem do dia, de acordo com o regimento:

**Deputado Isildo Gomes** – Cumprimentou os presentes, aproveitou para enfatizar o trabalho abnegado que tem sido feito pela Camara Municipal dos Mosteiros, na infraestruturização deste município, com destaque para a obra de requalificação do Polidesportivo João de Joia e também, o inicio da construção do aqueduto da zona de Murro, que foi muito questionado nos anos anteriores, por não ter sido iniciado na altura.

Enaltecer também, o trabalho de arruamento nas localidades que tem sido realizado. Aproveitou para solicitar a requalificação de ruas em Queimada Guincho, mais concretamente perto da casa dos seus pais e outras que necessitam de pavimentação, assim como em Queimada Trás, para dar satisfação e segurança na circulação de pessoas e viaturas.

**Deputado Estevam Gomes** – Cumprimentou os presentes e, de seguida fez questionamentos à Camara Municipal, sobre a obra em curso de requalificação do Polidesportivo João de Joia, designadamente à falta de uma placa de identificação da obra, o dono, empreiteiro, tempo de duração e o custo estimado. Ainda sobre esta mesma obra, gostaria de saber se o montante do empréstimo de 15 mil contos, não implicaria que a construção fosse mediante concurso público, porque ultrapassa os 5 mil contos que é exigido por lei.

Felicitou a equipa camararia, pela contribuição dada com a maquina retroescavadora, na limpeza de escombros no acesso à São Filipe via norte, onde houve a derrocada, meses atras. Infelizmente não viu contribuição de outras Camaras Municipais, principalmente a de São Filipe que deveria ser mais expressivo, por se localizar no seu município. É preciso um juntar de esforços, para ver junto com a instituição responsável a resolução definitiva da situação, porque a segurança das pessoas que aí circulam está posta em causa.

Quanto as preocupações nas zonas de Ribeira Ilhéu e Atalaia, disse que desde o ano 2012, sempre tem colocado a questão da resolução definitiva da distribuição de energia elétrica nestas duas zonas e, o melhoramento do campo de futebol de Ribeira Ilhéu. Nesses cinco anos ainda tudo se encontra na mesma, apesar de Ribeira Ilhéu ser levada a categoria de Vila, com muitas promessas de melhorias, mas, tudo na mesma.

Na pagina 4 da sessão anterior, está a promessa do Sr Presidente da Camara Municipal, que as zonas de Rocha Fora e Aldeia já dispõe de rede elétrica, e na quadra festiva do Natal, ia articular com o Governo para que tenham luz elétrica. Que em Ribeira do Ilhéu seria inaugurado em janeiro de 2017, a rede nova de energia elétrica. Tudo ficou só em palavras, por isso, disse que é a última vez que vem esta casa parlamentar colocar estas questões.

**Deputado João Fernandes** – Cumprimentou os presentes em primeiro lugar e, de seguida, falou sobre a execução de obras por parte de algumas empresas neste Concelho, que não tem cumprido as suas responsabilidades. A título de exemplo, referiu a recente obra licenciada em nome da Cabo Verde Telecom, que posteriormente foi subempreitada a uma empresa sediada em São Filipe e, esta por sua vez, não cumpriu as formalidades exigidas no ato de licenciamento. Ou seja, as valas foram abertas sem concertação com outras empresas que têm materiais no subsolo, causando avarias nos tubos de água, moradias ficaram isoladas com as valas abertas, pessoal sem equipamentos de proteção individual, não havia sinalização de perigo nas bermas de estradas, sem placa de identificação da obra, indicando o nome da empresa responsável etc. Uma desorganização total, que não se pode admitir num Concelho. Por isso, alertou a Camara Municipal sobre a necessidade de maior acompanhamento deste tipo de situação, para evitar constrangimentos à população.

Agradeceu o esforço que a Camara tem feito nos arruamentos nas localidades, mas, gostaria de perguntar para quando, uma atenção mais aprofundada nos arruamentos em Queimada Trás, que constitui um grande constrangimento na zona. Se não houver condições para a pavimentação neste ano, que seja colocado terras, devidamente compactado, para permitir o acesso de viaturas com maior facilidade.

Solicitou a influencia da Camara Municipal, junto da Electra para resolver o problema da deficiente iluminação publica existente e, em alguns sítios, não existe mesmo este serviço publico na zona de Mosteiros Trás.

**Deputado António Andrade** – Cumprimentou todos os presentes, e de seguida deu os seus parabéns a Camara Municipal pelo trabalho desenvolvido na área da cooperação com diversas universidades e também, com outros municípios, inclusive acordo de geminação recentemente celebrado e que trará ganhos para o nosso Município. Agradeceu também, os apoios sociais disponibilizados às famílias mais necessitadas e que contribuiram, para a melhorias das suas condições de vida.

É também dele, a preocupação levantada pelo colega João Fernandes, sobre as empresas que fazem abertura de valas e depois, a repavimentação não é feita em melhores condições, causando problemas nas zonas. Exemplificou a empresa Elevo que é responsável pela extensão de rede de água às zonas norte e sul do município, que também, não tem cumprido o seu trabalho como deve ser. Valas ficam abertas por vários dias e quando fazem o aterro, não são devidamente compactadas e a repavimentação fica deficitária. Pois, é preciso maior fiscalização da Camara Municipal neste tipo de trabalho. A população quer água canalizada, mas também, quer segurança nas estradas por onde circula.

Outra questão é sobre o Plano Urbanístico Detalhado existente para a zona de Relva. Queria alertar sobre os terrenos de lavas vulcânicas existentes, que são vendidos e quando da execução da obra os proprietários não estão a respeitar a verdadeira dimensão que lhes foram vendidos, ou seja, compram 200m<sup>2</sup> e constroem numa área de 220m<sup>2</sup> por exemplo, com pocilgas, currais etc, pondo em constrangimento a implementação efetiva deste importante instrumento de gestão territorial.

Tem sido confrontado por moradores em Relva Cutelo Fundão, sobre a circulação de viaturas em alta velocidade, agravado com a existência de uma lomba na estrada, dificultando uma boa visibilidade dos condutores, suscetível de provocar acidentes. Neste sentido, pedem a colocação de uma quebra mola na zona, frente a residência do Sr Orlando.

**Deputada Maria Andrade** – Cumprimentou os presentes e disse que é preciso elogiar trabalhos que trazem benefícios para a população, mas também é preciso, trazer preocupações quando as atividades propostas não são realizadas. É o caso das preocupações do Deputado Rude na sessão anterior, sobre a renovação de frotas de contentores que já estão obsoletas, e neste particular gostaria de perguntar se os contentores anunciados pelo Sr Presidente da Camara, já chegaram aos Mosteiros e quando serão colocados nas ruas. A Praça de Queimada Guincho junto ao antigo chafariz, continua muito degradada, também gostaria de saber para quando a sua requalificação, para dar maior embelezamento ao local.

Tem uma outra preocupação que é a existência de fossas abertas nas casas em construção, contribuindo para o recrudescimento de mosquitos na época das chuvas. Queria saber as medidas que serão tomadas, para que não viermos a ter problemas causados com essas fossas abertas.

**Deputado Adilson Martins** – Cumprimentou os presentes e logo de seguida deu os parabéns a Camara Municipal, por ter realizado ações de extrema importância para a melhoria da qualidade de vida dos mosteirenses de uma forma transversal.

A velocidade em excesso nas nossas estradas, tem sido constatada com frequência em todas as localidades dos Mosteiros, praticamente, e se a câmara municipal optar pela colocação de quebra mola, terá de a fazer na maioria delas.

Fez referencia ao atual código de postura municipal que, não está a ser posto em prática devidamente como foi concebido. Por isso, a população tem mantido alguma indisciplina na ocupação de vias publicas, problemas com construções inacabadas, cães abandonados, pocilgas no interior das localidades etc.

Fez-se investimentos avultados na construção de reservatórios para captação de agua das chuvas, para irrigação no quadro do projeto MCA, e não viu até ainda a justificação destes investimentos. É preciso uma gestão diferente, baseada na otimização da agua captada e armazenada, para beneficiar os agricultores nas zonas altas.

**Vereador Jaime Monteiro** – Cumprimentou os presentes, e disse ter registado algumas preocupações dos Senhores Deputados, que também, são preocupações da Camara Municipal.

Existe um plano de requalificação de vias nos mosteiros, e vem sendo cumprido paulatinamente, porque o problema maior é recurso financeiro. A Camara está a trabalhar para continuar com este plano de requalificação, passando por Queimada Guincho e Queimada Trás, como fizeram referencia, mas também, para outras localidades do município.

Sobre a colocação de placa de identificação na obra no Polidesportivo João de Joia, é de facto uma necessidade e vai exigir a sua rápida colocação. A referida obra não requer concurso publico, porque está a ser trabalhado por fazes, ou seja, as transferências do montante total, estão a ser feitas de forma faseada.

Quanto a abertura de valas, de facto é preciso que o serviço de fiscalização exerça maior acutilância neste tipo de obras, obrigando as empresas construtoras a assumirem na plenitude as suas obrigações.

Quanto a colocação de quebra molas nas localidades, foi analisado esta hipótese junto da Esquadra Policial, e alguns já foram colocados.

Contentores novos já chegaram e fez-se a distribuição de acordo com o local que havia maior necessidade. As fossas de boca aberta, já existe um plano em articulação com as Associações Comunitárias, para a realização de uma campanha de limpeza em todos os povoados, atribuindo prémios de estímulo aos bairros mais limpo de Mosteiros.

**Vereador Domingos Mendes** – Após os habituais cumprimentos aos presentes, deu informação sobre a situação de energia elétrica nas zonas de Ribeira Ilhéu e Atalaia. De facto, estas duas zonas vêm atravessando um período difícil no que tange a distribuição regular deste bem essencial, tendo em conta que houve uma avaria no gerador existente que devido a

inexistência de peças no mercado nacional, tiveram de recorrer a um gerador mais pequeno na Electra para fazer a distribuição faseada de energia nestas duas zonas, o que tem criado grandes constrangimentos nestas duas zonas. Aguarda a chegada das peças, para a reparação do gerador de maior potencia e voltar a fornecer energia 10 horas ao dia. No entanto, já existe rede nova lançada recentemente, e temos de unir esforços para junto do Governo solicitar a resolução definitiva deste problema.

**Presidente da Câmara Municipal** – Cumprimentou os presentes e aproveitou para dar alguns esclarecimentos de acordo com as preocupações levantadas pelos Deputados. Ficou satisfeito com o nível de intervenção dos Deputados das duas bancadas, o que significa que há interesses comuns na resolução dos problemas que afetam os mosteirenses.

A Camara Municipal continuará com o trabalho de requalificação de vias nas localidades, para melhorar a acessibilidade e contribuir, para a segurança na circulação de piões e de viaturas. Está na nossa agenda de governação até 2020, conseguir reabilitar muitas vias neste Concelho.

Quando disse que seria inaugurado eletricidade em Rocha Fora, Ribeira Ilhéu e Atalaia no inicio deste ano, é porque alguém com responsabilidade o fez dizer isso, com toda a garantia, mas, infelizmente aquela obra continua paralisada. A Camara Municipal não tem condições financeiras e nem técnicas, para fornecer energia as zonas sul do município. Está a prestar este serviço, com base na boa vontade em criar as condições mínimas para que estas localidades não fiquem desprovidas deste importante serviço. Distribuição de energia é da responsabilidade do Governo de Cabo Verde. Por isso, continuará a insistir junto do mesmo, para a resolução definitiva deste problema.

O Campo de futebol de Ribeira ilhéu já deveria estar reabilitado. Instruções foram dadas ao pessoal técnico, mas infelizmente não concretizado. A perspetiva da Camara é fazer a sua reabilitação, para posteriormente ser colocada relva sintética, assim como o da zona de Murro.

Quanto às obras de abertura de valas, pelas empresas, já é o momento de se exercer a autoridade na fiscalização e aplicação das medidas que se impõe, para que as mesmas possam assumir as suas responsabilidades.

Foram comprados efetivamente pelo Governo muitos contentores, apenas foram enviados 40 unidades para os Mosteiros e, já se fez alguma substituição nas localidades. É preciso maior rigor sobretudo as casas comerciais que produzem muito lixo, colocando-o no chão junto dos contentores.

Aproveitou para informar que a Camara Municipal estabeleceu recentemente um acordo de cooperação e geminação com a Camara de Haría, nas Ilhas Canarias. Tem muita semelhança com os Mosteiros, em termos de turismo, agricultura e pecuária, mas estão muito mais desenvolvidos.

A Camara Municipal estabeleceu um protocolo com a CV Telecom, que consiste na cedência de um valor anual de 1.500 contos, como patrocínio aos eventos culturais no Município e também, concessão de equipamentos na área de comunicação.

Também foi assinado um acordo com Universidade Politécnico de Bragança, em Portugal e neste momento, se encontra 3 jovens a fazer formação superior nesta instituição.

Pois, acordos de cooperação têm sido permanentes neste Município, com o governo, com as Empresas nacionais e instituições internacionais, para ajudar este município a desenvolver.

Terminado este período, passou-se de imediato para a discussão dos assuntos constantes na ordem do dia.

✓ **Ponto I – Aprovação da Ata da última Sessão;**

A ata foi distribuída com antecedência aos Senhores Deputados, pelo que, foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos Deputados das duas bancadas.

✓ **Ponto II – Apreciação do Relatório Escrito das Atividades do ano 2016;**

O documento foi apresentado pelo Senhor Presidente da Camara Municipal, e segue-se em breves trechos a pagina introdutória:

*“O ano económico de 2016, à semelhança dos anteriores, além de desafiante foi determinante no cumprimento do programa de governação municipal 2012-2016, contexto eleitoral exigente e sobretudo de avaliação do impacto das políticas publicas implementadas ao longo de quatro anos de mandato. Se por um lado, o plano de atividades da Camara Municipal dos Mosteiros para o ano económico de 2016 foi ambicioso, inclusivo antropocêntrico, por outro, os ganhos de desenvolvimento social e económico, alcançados no decurso desse ano, vislumbram, com lampejo, a assertividade e coerência dos métodos e estratégias adotadas para a sua efetivação, esteadas num modelo de governação local robusto que se fundamenta em três grandes pilares: i) transparência; ii) responsabilidade; iii) accountability;*

*A avaliação do impacto das políticas publicas de desenvolvimento social e económico faz-se a partir de uma análise anacrónica e com recurso a métodos científicos. De acordo com o 3º IDRF levado a cabo pelo INE em 2015, e publicado no ano transato, Mosteiros foi o segundo concelho a nível do país que mais reduziu o índice de pobreza no período de 2007 a 2015, na ordem dos 19%. Não nos podemos esquecer também que em 2016 fomos, de acordo com o INE, o sexto concelho onde se registou a menor taxa de desemprego a nível do país, cerca de 7%.*

*Tudo isto é reflexo da assertividade das políticas públicas que temos vindo a implementar ao longo desses anos.*

*2016 foi um ano de eleições autárquicas em Cabo Verde, mas mesmo assim não perdemos de vista as ações constantes do plano de atividades de 2016 e os compromissos assumidos no quadro da legislatura. Investimos na educação e na formação das nossas crianças e jovens, na saúde, na habitação social, no desperto e na cultura, na requalificação urbana, no turismo, na agricultura e na pesca, etc., propiciando um ambiente económico local favorável a emersão de iniciativas privadas. No mesmo sentido, os serviços camarários foram estruturados por forma a proverem um serviço público municipal com altos padrões de qualidade e que responda, em última análise, as reais necessidades e expectativas dos munícipes.*

*À guisa de remate final, estamos em crer que não obstante as dificuldades e os reflexos negativos da crise económico-financeira mundial e nacional, as ações desenvolvidas pelos diferentes pelouros no decurso do ano económico 2016, consubstanciaram em medidas de políticas que contribuíram para a melhoria das condições de vida dos mosteirenses. Razão pela qual nos foi confiado, mas um mandato de quatro anos para guiar os destinos deste município”.*

Após a sua apresentação abriu-se um período para a apreciação deste documento:

**Deputado Adilson Martins** – Realçou os aspetos fundamentais que foram realizados no ano 2016, não obstante, foi um ano atípico para o município e para o país, considerando que houve três eleições e a responsabilidade desta nova legislatura autárquica, começou à partir do mês de outubro de 2016. A área social mereceu destaque, com construção de habitações, incluindo casas de banho, apoios escolares e na saúde.

Congratulou com a redução do índice de pobreza em cerca de 19% e também, a diminuição da taxa de desemprego no município que, segundo dados divulgados recentemente pela INE, é de 7%.

O estabelecimento de uma parceria intermunicipal com os outros municípios da ilha do Fogo, também foi um aspeto importante que mereceu o seu destaque.

**Deputado Francisco Amado** – Cumprimentou todos os presentes, disse que o relatório apresentado pelo Senhor Presidente, demonstra que foi um ano em que a preocupação central da Câmara Municipal, foi com as eleições realizadas e não propriamente gerir este município. Portanto, se estriba em três pontos para se justificar aquilo que se conseguiu fazer: 1) que é o custo da realização das eleições; 2) a crise económica que assola o país e o mundo inteiro; 3) o mau ano agrícola no concelho. Pois, o custo das eleições é custo da democracia, mas, não está imputado ao orçamento da câmara municipal. As outras eleições podem sim ter alguma influência na câmara, mas, não pode criar impedimento no desenvolvimento das ações programadas.

O nível de desempenho das atividades que constam neste relatório, situa-se a volta dos 76%. Mas também, é perspectiva da camara que a avaliação do seu desempenho não é feita naquilo que está no seu programa e, pergunta qual é o impacto que as mesmas trouxeram para a vida dos mosteirenses. Na opinião da sua bancada, a camara municipal falhou naquilo que era o seu objetivo para o ano 2016.

Sobre as relações de cooperação, gostaria de perguntar se é ou não pretensão da camara municipal tentar conseguir mais acordos de geminação e também, se o programa de cooperação descentralizada “djarfogo na merca” se irá continuar ou não.

A intervenção que foi feita no campo de futebol de Ribeira Ilhéu é pouca, e a camara não pode colocar duas balizas e sentir-se realizado por isso.

Com relação ao cemitério municipal, é preciso fazer muito mais.

Ao mercado municipal recentemente remodelado, ficou muito aquém daquilo que é a aspiração dos mosteirenses. É preciso uma visão futura para projetar um mercado municipal, que servirá o concelho por longos anos.

**Deputado Isildo Gomes** – Considera ser uma taxa de execução bastante satisfatória, isso tendo em conta, que as principais ações foram desenvolvidas, num ano em que tivemos três eleições, tendo a Autárquica influencia direta na Camara Municipal.

Não podemos valorizar apenas as realizações de betão armado, mas também, valorizar o investimento feito no capital humano em cerca de dez mil contos, designadamente na saúde e educação que são áreas fundamentais para o desenvolvimento.

Ouviu através da comunicação social que a União Europeia, financiou o projeto de cidades sustentáveis a nível do país. Com isso, solicitou a Camara mais investimentos a nível de espaços verdes, dando mais embelezamento ao nosso município.

**Vereador Fábio Vieira** – Cumprimentou em primeiro lugar os presentes na sessão e, disse que se deve ter algum cuidado com os conceitos. Quando se diz custo económico é claro que o custo das eleições não está inscrito no orçamento das autarquias e, por isso, não se pode confundir com custos contabilísticos. Está no relatório referenciado que foram realizadas três eleições e numa delas, o Presidente e Vereadores que se recandidataram tiveram o mandato suspenso por força da lei.

Não está de acordo com a avaliação negativa que o Senhor Deputado Francisco Amado fez ao relatório, citando que se encontra na síntese no mesmo documento, o seguinte: *a avaliação de desempenho dos governos locais faz-se não em detrimento da extensão e ambição dos seus programas de governação e planos de atividades, mas, fundamentalmente, pelo impacto das políticas publicas na alteração dos indicadores de desenvolvimento social e económico, nomeadamente educação, saneamento, saúde, habitação, segurança, etc.*

*Se haviam duvidas em relação a tese de que as ações desenvolvidas em 2016, são provas da assertividade das escolhas feitas e dos incentivos gerados para por cobro aos problemas que*

*ainda assolam o nosso município, os dados do INE demonstram uma redução do índice de pobreza na ordem dos 19%. Com relação as últimas estatísticas sobre a taxa de desemprego, mostra-nos que Mosteiros é o sexto concelho com a menor taxa de desemprego no país, na ordem dos 7%.*

**Presidente da Camara Municipal** – Efetivamente o ano de 2016 não foi igual aos outros, considerando as três eleições realizadas, que não tiveram implicância com relação a execução orçamental na Camara Municipal. Mas, há condicionalismos na lei, que dificulta a realização de algumas ações, nomeadamente, atribuição de apoios, fazer inauguração de obras, etc.

Não concorda que 76% de realização, num ano atípico seja fraco. Está convencido que muitas Camaras do país não conseguiram ultrapassar os 50%, pelos motivos adiante referidos.

A Camara Municipal dos Mosteiros, recebeu do Governo central de abril a dezembro de 2016, cerca de seis mil e tal contos. As obras realizadas nesse ano, foram na maioria através das cobranças municipais. Por isso que, uma Câmara Municipal que depende cerca de 80% do Governo central, conseguiu realizar 76%, é muito boa prestação.

Continuará a trabalhar, estabelecendo mais parcerias com outras camaras, com o objetivo de se adquirir novos conhecimentos, trocas de experiencias e que possa ser útil ao nosso concelho.

**Deputado João Santos** – Cumprimentou os presentes e falou nas atividades do Pelouro do Desenvolvimento Comunitário, Proteção Civil e Projetos, mais concretamente na área da Proteção Civil, demonstrando a sua preocupação por sermos uma ilha com alguns fatores de risco, nomeadamente, existência do vulcão ativo, orografia com muita inclinação, incêndios florestais e também, com épocas de mar bravo, e não haver meios necessários e indispensáveis para ajudar e/ou socorrer as pessoas quando precisarem. É uma situação preocupante pela qual o município atravessa, e é urgente e pertinente a tomada de medidas para dotar o setor da proteção civil de meios fundamentais para a sua boa atuação.

A remodelação do campo de futebol de Ribeira Ilhéu e Murro, é uma boa iniciativa que a camara municipal tem em carteira, mas, gostaria de propor que também fosse englobado o de Fonte Curreal, onde já se disputou outrora vários encontros de futebol. Disse que o local precisa primeiramente de um acesso para as viaturas e depois o melhoramento do seu piso, balizas novas e outras melhorias.

**Presidente da Camara Municipal** – Agradeceu a contribuição do Deputado João Santos e disse que Mosteiros precisa de um serviço de proteção civil que responda as reais necessidades que possam surgir. Falou com o Ministro da Administração Interna, sobre a necessidade de colocação de um serviço regional de proteção civil para a ilha do Fogo, sediado no Concelho dos Mosteiros. Poderia ser aproveitado o ex aeródromo dos Mosteiros, para a implementação deste projeto. Seria feita remodelação nas instalações existentes e na pista, servindo para este serviço. Necessitaria naturalmente de mobilização de algum recurso (cerca de 200 mil contos), o que apenas o Governo central poderia conseguir através de recursos externos.

A nível local, a Camara municipal pensa em conseguir uma embarcação de fibra ou de borracha, para serviço de busca e salvamento no mar, um carro bombeiro e uma ambulância, para estarem operacionais em qualquer eventualidade.

Campo de Fonte Curral irá receber alguma beneficiação, para que os jovens possam continuar a utiliza-lo para a pratica desportiva. É de facto um lugar histórico e precisa de beneficiação até para outras modalidades, como por exemplo a pratica do golfe e, assim atrair turistas para o local. A vontade não nos falta, mas sim, recursos disponíveis. Por isso, continuará a trabalhar a procurar financiamento para o referido campo de futebol e outras obras nos Mosteiros.

**Deputada Manuela Lopes** – Cumprimentou os presentes e aproveitou a oportunidade para dar os seus parabéns a equipa camararia pelo esforço na materialização das ações no ano 2016, não obstante, os constrangimentos que tiveram nesse ano. Esta Camara Municipal desenvolveu um conjunto de ações para redução da pobreza e exclusão social. A articulação das politicas setoriais a nível local foi fundamental para a implementação dessas ações.

Esta Camara tem uma consciência coletiva e responsável, com planificação das suas ações, para poder resolver os problemas sociais deste concelho. Tem centralizado as suas ações, mas vendo para todos os lados, designadamente, saúde, educação, construção e reparação de habitações, desporto, agua canalizada etc para que todos os mosteirenses possam viver melhor. E graças a este esforço, podemos ver que os dados atualizados do INE, mostramos uma redução acentuada da pobreza e do desemprego.

**Deputada Alina Lopes** – Cumprimentou em primeiro lugar os presentes na sessão e de seguida, aproveitou para augurar a todos os eleitos municipais, votos de sucessos neste mandato e que esta sessão seja de dialogo franco e aberto, no sentido de se procurar solução para o bem-estar de todos os munícipes.

Sobre a construção de via de acesso na localidade de Achada Grande cima, disse estar satisfeita por esta obra ter sido feita, mas também, está preocupada com o acesso a Achada Grande baixo, que apareceu no plano de atividades do ano anterior, mas ainda não se encontra concluído.

**Deputado Francisco Amado** – O Relatório que estamos a apreciar, reconhece que as ações desenvolvidas em 2016, traduziram na melhoria das condições de vida dos nossos munícipes. Em consequência, esta é a razão pela qual os mosteirenses terem confiados mais um mandato a esta câmara municipal. Portanto, isso demonstra aquilo que tinha dito anteriormente, ou seja, 2016 foi simplesmente encarado como um ano eleitoral.

Ao ser realizado o plano de atividades para o ano 2016, todos os responsáveis sabiam que iria ser realizado três eleições neste mesmo ano. No entanto, não houve esta preocupação, por isso, é que este relatório ficou aquém do inicialmente programado.

**Presidente da Camara Municipal** – Quando foi elaborado o plano de atividades para 2016, foi efetivamente planificado as três eleições que iriam acontecer no país. Prevíamos que os recursos seriam obtidos com alguma dificuldade, por causa das eleições. E foi isso que aconteceu, mas mesmo assim conseguimos obter uma taxa de realização de 76%.

Estrada de Achada Grande baixo foi iniciado, mas ainda não foi concluída por causa de falta de recursos. Assim que aparecer recursos financeiros, retomaremos com a mesma e prometeu fazer a sua conclusão durante este mandato.

**Deputado Francisco Amado** – Concorda com a Deputada Alina Lopes, porque no relatório está referenciado a construção de via de acesso à Achada Grande baixo.

Todos nós reconhecemos que a camara municipal tem realizado ações, mas, trazer palavreado só para fazer texto mais bonito, pensa que não precisa disso. Mosteiros não é pobre, por isso não nos vamos livelar por baixo, as camaras do país cuja taxa de execução não chega os 50%, não deve servir-nos de exemplo. Devemos continuar a sonhar cada vez maior e no futuro não trazer atividades, como campo futebol de Ribeira Ilhéu, cemitério, a via de Achada Grande baixo, etc, mas sim, aquelas que foram efetivamente concluídas.

**Deputado Isildo Gomes** – Queria pegar na ultima frase da intervenção do Deputado Francisco Amado, para dizer que este relatório tem apenas 12 paginas, por isso, não está palavreado. Não concorda que este relatório ficou aquém das expectativas dos mosteirenses, porque se perguntarmos a população de Cutelo Alto se ficou satisfeito com o aqueduto que foi construído, tirando a referida zona do isolamento por causa dos estragos das cheias, certamente que responderá positivamente. Também, sobre requalificação de vias nas localidades, entrada em funcionamento do mercado municipal, apoio com medicamentos, evacuação, apoios na educação, ligações de agua canalizada, construção de casas de banho, etc, certamente que responderá positivamente. Ademais, tem ações que são feitas por esta camara municipal e que não constam de relatórios apresentados, ou seja, é uma camara dinâmica que consegue fazer obras com poucos recursos.

**Deputado Francisco Amado** – Os factos são factos. Está ou não no relatório que se fez obras no cemitério municipal, no campo de futebol de Ribeira Ilhéu etc. Efetivamente se encontra escrito neste relatório. Não está a questionar, que a camara não fez nenhuma obra, mas sim, dizer que ações não concluídas estão mencionadas no relatório, o que não deveria constar. Por isso, concluiu que se deve programar aquilo que é realizável.

**Deputado António Andrade** – Na pagina 6 do relatório, está concluímos e inauguramos a estrada de acesso à Achada Grande de cima e construímos a via de acesso à Queimada em Achada Grande. Ou seja, numa atividade fala-se em conclusão e noutra em construção. A construção da estrada de Achada Grande baixo, até Queimada, como se refere no relatório é a mais pura verdade. Se formos la agora, podemos ver a obra feita.

A camara municipal esteve muito bem no ano 2016, porque conseguiu materializar 76% das suas atividades programadas, com benefícios claros para as localidades e seus habitantes.

Após a apresentação do relatório pelos Senhores Deputados, o mesmo foi submetido a votação, tendo sido apreciado com 7 (sete) votos a favor da Bancada do PAICV e 6 (seis) votos abstenção da bancada do MpD.

✓ **Ponto III – Apreciação da Conta de Gerência do ano 2016;**

**Vereador Pedro Teixeira** – *Fez a apresentação do documento.*

*“O orçamento da camara municipal no ano de 2016, foi no valor de 185.165.620\$00 (cento e oitenta e cinco milhões, cento e sessenta e cinco mil e seiscentos e vinte escudos), cuja taxa de execução foi de 76%, que equivale a 142.313.433\$00.*

*De referir que não foi possível cumprir a previsão inicialmente proposta, devido a não transferência pelo governo das receitas consignadas, nomeadamente a taxa ecológica e a não assinatura de contratos-programa, de acordo com a previsão inicial”.*

**Deputado Francisco Amado** – Agradeceu a apresentação feita pelo Vereador Pedro Teixeira e de seguida perguntou sobre as obras no polidesportivo “João de Joia”, no valor de 15.000 contos, qual foi o valor utilizado no ano de 2016. Considerando se tratar de uma camara municipal, cujo pilar assenta na transparência, gostaria de perguntar porque não foi realizado o concurso publico de acordo com a lei.

Pode ter havido contenção, mas se formos analisar a taxa de execução das receitas, está muito próximo da taxa de execução das despesas.

**Deputado João Fernandes** – Com relação a conta de gerência de 2016, queria realçar alguns aspetos. As eleições obrigaram que a camara municipal ficasse privada de algumas ações e com mandato suspenso, também a não transferência do governo de receitas consignadas, nomeadamente a taxa ecológica, a não assinatura de contratos-programa entre outros, constituíram constrangimentos na execução orçamental. Apesar disso, teve uma taxa de execução bastante positiva, graças ao esforço realizado na cobrança das receitas municipais e também, na contenção das despesas de funcionamento. Sabe que muitas camaras municipais não conseguem arrecadar as suas receitas próprias, para as despesas de funcionamento, com tentativa de em alguns casos, recorrerem a banca para o pagamento dessas mesmas despesas.

Quanto as receitas de capital, nomeadamente a venda de terrenos, gostaria de solicitar a camara municipal, o loteamento de terrenos e posterior infraestruturacão, ou seja, criacão de vias de acesso, com rede de agua canalizada e energia elétrica, a fim de atrair mais investimentos no concelho.

**Presidente da Camara Municipal** – Apesar das dificuldades no ano 2016, a camara municipal teve uma boa taxa de execucao, demonstrando a sua capacidade de cobranca de receitas municipais.

Fizemos um empréstimo de 15.000 contos para o polidesportivo “João de Joia”, mas só entrou até 31/12/2016, quantia de 3.000 contos. O pagamento deste montante total é feito de forma faseado, ou seja, mais 3.000 mil contos serão depositados, depois de avaliacao do trabalho realizado, volta-se a efetuar uma nova transferencia, assim sucessivamente até a sua conclusao. Por isso, não precisa de concurso publico. Esta camara municipal já demonstrou ser uma boa construtora, pelas obras que já fez, e para além disso, cria postos de trabalho aos mosteirenses, ao contrario das empresas construtoras que trazem pessoal de outros concelhos para trabalhar nos Mosteiros.

**Deputado Francisco Amado** – Agradeceu os esclarecimentos do Senhor Presidente da Camara, mas, ainda gostaria de perguntar se a dívida pública municipal, aumentou ou diminuiu com relação ao ano anterior.

**Presidente da Camara Municipal** – Naturalmente que a dívida aumentou, porque se fez um empréstimo de 15.000 mil contos. Mas, a camara municipal está em condições de saudar os seus compromissos com a banca. É uma das vias para se fazer investimentos, razão pela qual, todas as camaras do país optam por este procedimento, caso contrario, os investimentos teriam problemas na sua efetivacao.

**Deputado Adilson Martins** – Disse que a execucao orçamental foi de 76%, com destaque para as receitas correntes que cifrou nos 96%. Enquanto que as receitas de capital ficaram em 42%, muito aquém do inicialmente previsto, devido a fraca receita em termos de contratos-programa com o governo e também, de transferencias de recursos consignados.

Com relação as despesas, a execucao foi de 74%, cumprindo um dos princípios orçamentais que é o equilíbrio entre as receitas e as despesas.

A divida publica municipal que transitou para o ano 2017 é de 63 mil contos aproximadamente. Gostaria de perguntar se o empréstimo efetuado de 15 mil contos está englobado neste valor, ou parte deste valor.

**Deputado Francisco Amado** – A Bancada do MpD não está nesta Assembleia como um mero fator de obstrucao. Com isso, quer dizer que não é contra que se faça empréstimos, não está a questionar se a camara municipal honra ou não os seus compromissos, mas, fez simplesmente uma pergunta se a dívida pública municipal aumentou ou não face ao ano anterior, para poder ter informacao e analisar melhor as contas.

**Presidente da Camara Municipal** – Não tem duvidas que o Deputado Francisco Amado, faz intervenção nesta Assembleia, com o objetivo de contribuir para a gestão camararia e conseqüentemente, para a melhoria das condições de vida dos mosteirenses.

A camara municipal tem dívidas somente com a banca e não com os fornecedores. Esta é uma informação importante, porque há camaras com dividas avultadas com os fornecedores, o que dificulta uma boa gestão. Quando fala de fornecedores está a englobar as transferências ao INPS e a Repartição de Finanças, através do IUR, estão todas regularizadas.

**Deputado Francisco Amado** – Gostaria de obter informação sobre os compromissos com os fornecedores que estão na conta de gerência apresentada, no valor aproximado de 2.800 contos. Com a intervenção do Senhor Presidente da Camara, informando que não existe nenhuma divida para com os fornecedores, ficou um pouco confuso, pois, gostaria que lhe fosse esclarecido este assunto.

**Presidente da Camara Municipal** – A Câmara Municipal faz sim dívidas com fornecedores. Só que essas dívidas são feitas de acordo com a capacidade de pagamento do município. Naturalmente que depois de receber as faturas, são liquidadas as dividas existentes no mês seguinte.

Apos os debates, a Conta de Gerência do ano 2016, foi submetida a apreciação dos Senhores Deputados, tendo obtido a seguinte votação:

*7 (sete) votos a favor da Bancada do PAICV, 0 (zero) voto contra e 6 (seis) abstenção da Bancada do MpD.*

✓ ***Ponto IV – Proposta de Regulamento para Estacionamento e Funcionamento das Praças de Táxis, nos Mosteiros;***

A proposta foi apresentada pelo Vereador Jaime Monteiro, em conformidade com o documento entregue aos Senhores Deputados.

**Deputado Adilson Martins** – Concorda com a proposta de regulamentação apresentada, uma vez que trará mais organização e disciplina na circulação de táxi neste município. No entanto, tem algumas observações a fazer, designadamente, a necessidade de ouvir com antecedência os taxistas e utentes, antes de fixação de tarifas, para que possa haver maior entendimento nesta matéria.

Está de acordo com o documento em si, mas, a tabela de preços nem tanto, porque apresenta algumas discrepâncias entre as localidades. Ou seja, na sua opinião a variação das tarifas, deveria ser em percentagem igual a todas as localidades do município.

**Deputado António Andrade** – É muito bom que haja um regulamento de funcionamento de táxi, mas, está de acordo com o colega que o antecedeu, sobre a tarifa proposta para as diferentes localidades. Exemplificou, que para a zona de Relva, paga-se atualmente 500\$00 de dia, mas, com a nova tarifa irá ser pago o valor de 900\$00 a noite, o que considera exagerado. Depois, está discriminado Relva I e Relva II, o que não entendeu o porquê disso. Na sua opinião o preço para a zona de Relva tem de ser um só, diferenciando apenas dia e noite, mas que seja proporcional com as restantes zonas do município.

**Deputado Francisco Amado** – Agradeceu o Vereador Jaime pela apresentação desta proposta e também, felicitou a Camara Municipal por esta iniciativa. É preciso organização em todas as áreas de atividade de um município, por isso, é bem-vinda esta proposta.

Com relação as preocupações levantadas pelos Deputados que o antecedeu, gostaria de propor que o período diurno fosse considerado de 7 horas até as 21 horas e que o noturno fosse das 21 às 7 horas de manhã. Isso daria satisfação na diferença de preços entre dia e noite, aqui levantados. Naturalmente que andar de táxi é diferente que andar de hiace, pois o seu preço também, é diferente.

**Vereador Jaime Monteiro** – Agradeceu as intervenções feitas e, disse que ouvir os utentes não é recomendável, porque sempre querem pagar menos ou mesmo nada. Cabe a Camara Municipal fixar o preço máximo das tarifas, para que os utentes não paguem a mais daquilo que foi previamente fixado. A discussão das tarifas, foi feita com a maior justiça possível, no entanto, estão abertos a recolher subsídios para o melhoramento desta nossa proposta. De facto, as zonas Relva I, Relva II, Cova Feijoaal e Feijoaal, precisam ser analisadas.

**Presidente da Camara Municipal** – Está de acordo que a variação das tarifas nas localidades terá de ser em percentagens iguais. Outrossim, sobre a proposta de regras de boa conduta, para os condutores, é importante que se faça uma regulamentação nesta matéria, designadamente, tipo de vestuário a utilizar, calçado e enfim tudo o que são boas praticas para com os clientes. É preciso mostrar diferença para melhor, no serviço de Táxi e certamente esta medida será tomada pela camara municipal, incluindo aulas básicas de línguas aos condutores.

**Deputado Isildo Gomes** – Trata-se de uma proposta muito pertinente, para a regulamentação da nossa praça de táxi. Precisa, no entanto, de alteração de algumas tarifas propostas, bem como introdução de outras de acordo com as intervenções dos Deputados, no qual está de acordo.

**Deputado Francisco Amado** – Propõe que no período noturno, ou seja, das 21 às 7 da manhã, fosse cobrado o preço diurno acrescido de mais 50% deste mesmo valor. Por exemplo, numa zona que se cobra 600\$00 no período diurno, no período noturno cobraria 900\$00.

**Vereador Jaime Monteiro** – A Camara Municipal agradece as contribuições dadas e, absorve a proposta do Deputado Francisco Amado que, fosse acrescido o valor de 50%, sobre o preço diurno, para ser cobrado no período noturno. O documento será retificado e apresentado aos taxistas.

**Deputado João Fernandes** – Queria colocar uma questão, designadamente, num percurso de táxi com um cliente em serviço, poderá o condutor apanhar outros passageiros e depois fazer cobrança a cada um?

**Vereador Jaime Monteiro** – Está no regulamento e diz que só é permitido com consentimento prévio do cliente. Artigo 8º, nº 4.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade de votos dos Deputados das duas Bancadas (13 votos a favor).

✓ ***Ponto V – Proposta de Regulamento para os Transportes Coletivos de Passageiros, nos Mosteiros;***

**Deputado Adilson Martins** - Sobre o estabelecimento de paragens para hiaces é um pouco complicado que seja apenas, na cidade Igreja, porque existe o Centro de Saúde em Queimada Guincho, que provoca uma grande movimentação, com transporte de pessoas.

Outrossim a proibição de apanhar passageiros a menos de cem metros de uma praça de hiace é um pouco complicado, assim como, poderá transportar passageiros de uma zona para a outra, para visitas familiares ou em caso de morte. Portanto, estes exemplos merecem uma análise, para melhor regulamentação.

**Presidente da Camara Municipal** – Será construída paragens próprias para transporte de passageiros de Relva até Cidade Igreja e também, de Atalaia até a referida cidade, com o objetivo de organizar este tipo de transporte, facilitando os utentes, com locais próprios para este serviço.

Esta proposta, foi submetida a aprovação dos Senhores Deputados e teve votação por unanimidade dos Deputados das duas Bancadas (13 votos a favor).

✓ ***Ponto VI – Proposta de Retificação da Deliberação nº 5/AMM/2016;***

**Presidente da Camara Municipal** – Fez a sua apresentação, onde propôs a retificação da Deliberação supramencionada, que contempla 3 Vereadores a tempo inteiro e 1 a meio tempo, passando para 4 Vereadores a tempo inteiro, considerando que a acumulação de funções docentes com as de autarca, não tem permitido que o Vereador a meio tempo, consiga dar maior satisfação nas áreas da cultura e desporto que, são exigentes e por isso, merece uma maior disponibilidade de tempo na Camara Municipal.

**Deputado Francisco Amado** – Disse que não está a questionar o conteúdo desta proposta, mas sim, a forma como foi elaborada. Entende que a proposta não deve ser para retificação da deliberação supracitada, mas sim, uma nova proposta que profissionaliza o Vereador Domingos Vaz Mendes a tempo inteiro.

Na IIª Sessão Ordinária desta Assembleia, foi aprovada a proposta de profissionalização de 3 Vereadores a tempo inteiro e 1 a tempo parcial. Foi publicado no Boletim oficial, porque é uma deliberação que foi tomada por esta Assembleia, portanto não tem nada de errado. Neste sentido esta proposta, é para passar um vereador de meio tempo para tempo inteiro e não retificar a deliberação anterior, porque não estamos a corrigir nenhum erro que foi tomado.

Foi acordado a forma de deliberação proposta pelo Deputado Francisco Amado, para a passagem do Vereador Domingos Vaz Mendes, para desempenhar a sua função a tempo inteiro na Camara Municipal dos Mosteiros.

A mesma foi submetida a aprovação dos Senhores Deputados, tendo sido aprovada por unanimidade de votos dos Deputados das duas bancadas (13 votos).

✓ ***Ponto VII – Proposta de Deliberação que regulamenta o pagamento de Senhas de Presença, aos Eleitos Municipais;***

A referida proposta foi apresentada pelas duas bancadas com assento na Assembleia Municipal dos Mosteiros:

“As duas Bancadas com assento na Assembleia Municipal dos Mosteiros, em conformidade com a Lei nº 14/91, de 30 de Dezembro, que aprova o Estatuto dos Eleitos Locais, no seu artigo 6º, alínea f), vêm propor para a aprovação dos Senhores Deputados, uma deliberação que regulamenta a atribuição de Senhas de Presenças aos Eleitos por este mesmo Órgão, quando estão a participar nas Sessões da Assembleia Municipal, bem como, no exercício da função, em representação do Órgão e conseqüentemente do Município.

Esta proposta de deliberação, veio na sequência da não existência de um regime específico, tendo a Lei atual deferido o poder às Assembleias Municipais para regulamentar esta matéria. Neste sentido, apresentam ao Plenário da Assembleia Municipal dos Mosteiros, reunido na sua III Sessão Ordinária, da VI Legislatura Autárquica, a seguinte proposta de deliberação:

*1 – Atribuir senha de presença a todos os Eleitos deste mesmo Órgão, pela participação efetiva nas sessões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Municipal dos Mosteiros, no valor diário igual a 8.000\$00 (Oito Mil Escudos);*

*2 – Todos os Eleitos, quando devidamente autorizados pela Assembleia Municipal dos Mosteiros, ou seu Presidente a participar em formações ou reuniões externas a este Órgão, têm além de outros direitos legalmente previstos, uma senha de presença diária igual a 4.000\$00 (Quatro Mil Escudos), na Ilha do Fogo, 7.000\$00 (Sete Mil Escudos) no território nacional e 10.000\$00 (Dez Mil Escudos) no estrangeiro, quando tiver uma participação efetiva;*

*3 – As Bancadas representativas na Assembleia Municipal dos Mosteiros, têm direitos a efetuar quatro visitas de um dia, ao círculo, por cada ano civil;*

*3.1 – Todos os Eleitos representativos das Bancadas, têm o direito de atribuição de senha de presença, no valor igual a 3.000\$00 (Três Mil Escudos), por cada visita efetivada;*

*3.2 – O pedido de visita deve ser comunicado pelo Líder de Bancada, à Mesa da Assembleia Municipal, com antecedência de quinze dias, acompanhado de um plano escrito, indicando a data e as localidades pretendidas;*

*3.3 – As visitas às localidades, devem ser preferencialmente por altura da realização das Sessões Ordinárias, ou seja, nas vésperas das mesmas.*

**Deputado Francisco Amado** – Queria uniformizar esta proposta com a lei vigente, propondo no ponto 3.3 que se retirasse a palavra Ordinárias, e que ficasse “*por altura da realização das Sessões, ou seja, nas vésperas das mesmas*”.

*Também, propôs o acréscimo do ponto nº 4, e que ficasse a seguinte redação: “esta Deliberação entra imediatamente em vigor, após a sua aprovação”.*

**Deputado Isildo Gomes** – Não podia deixar de dar a sua opinião sobre a proposta ora apresentada, dizendo que os dois Líderes de Bancada, apresentaram uma boa proposta e consensual, dando um sinal claro sobre a necessidade de se dignificar o papel do Deputado Municipal. Todos nós trabalhamos com responsabilidade para o desenvolvimento deste município e, devemos ser valorizados. O Poder local está mais próximo dos munícipes e os Deputados Municipais, naturalmente estão mais próximos dos munícipes e, a valorização desta função é fundamental para que tenhamos um poder local mais forte e democrático.

**Presidente da Camara Municipal** – A valorização de cargos políticos é fundamental para o fortalecimento da nossa democracia. Os Deputados Municipais também precisam ser valorizados, assim como toda a classe política, valorizando as responsabilidades que têm no processo de desenvolvimento, enquanto decisores políticos.

O problema que se põe nesta matéria é que não existe uma regulamentação sobre o pagamento de senhas de presenças no país e, tem-se constatado algum desnivelamento no seu pagamento.

As contas das Câmaras Municipais, são julgadas pelo Tribunal de Contas e em caso de haver irregularidades, no pagamento de senhas de presenças, as responsabilidades são imputadas aos decisores camarários. Por isso, preventivamente já solicitaram um parecer ao Tribunal de Contas, sobre a legalidade deste pagamento, a fim de evitar quaisquer constrangimentos futuros. Caso o parecer for favorável, a Camara Municipal executará de acordo com a Deliberação tomada por esta Assembleia Municipal.

**Deputado Isildo Gomes** – Pediu esclarecimento sobre o parecer solicitado pela Camara Municipal, ao Tribunal de Contas. Isto tendo em conta que, o pagamento de senha presença aos eleitos municipais, está consagrado na lei e regulamentado através de uma Deliberação por esta Assembleia Municipal. Outrossim, desde o ano 2012, os Deputados têm recebidos as suas senhas de presenças nas sessões de Assembleia, sem nenhum constrangimento. Agora, o que se quer regulamentar é atribuição de senhas de presenças, nos encontros fora da reunião deste órgão e também, nas formações.

**Deputado Francisco Amado** – A lei que aprova o estatuto dos eleitos municipais (Lei nº 14/91, de 30 de dezembro) é clara sobre esta matéria. Dá as Assembleias Municipais poderes para regularem as senhas de presenças. Portanto sobre isso, não há matéria para ilegalidade. Agora, o que o Senhor Presidente da Camara pode estar a por em causa, é a quantia proposta para o pagamento das senhas de presenças. Mas, esta plenária está aberta para receber propostas, caso houver. Mas, deixou claro que não há nenhuma ilegalidade com relação a esta matéria.

A proposta de regulamentação senhas de presenças, foi aprovada por unanimidade dos Deputados das duas bancadas, ou seja, com 13 (treze) votos a favor.

Terminado o debate, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu os Deputados das duas bancadas e também, a Camara Municipal, pelo nível de debate havido nas discussões dos temas, num ambiente de muita educação e compreensão, o que contribuiu certamente para o fortalecimento do poder local e naturalmente da nossa democracia.

Não havendo mais nada por tratar, a sessão foi encerrada quando eram dezassete horas e quarenta minutos.

Cidade de Igreja - Mosteiros, aos 28 de abril de 2017.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Os Deputados:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---